

## APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ EDUCAÇÃO INDÍGENA E QUILOMBOLA: EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A ALTERIDADE

A emergência e o fortalecimento de processos de educação contextualizada têm sido mobilizadas pela educação indígena e pela educação quilombola no Brasil nas últimas duas décadas. Estas têm desempenhado papel crucial no fortalecimento do enfrentamento da colonialidade, do racismo e das desigualdades da sociedade brasileira, reverberando em práticas educativas (escolares ou não). Este dossiê, que nasceu do *Projeto Eduqui – Educação, identidade e alteridade: educação quilombola em comunidades negras e indígenas*, projeto de pesquisa e extensão do Laboratório Saberes Geográficos e Alteridade (SABGEO) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que articulou uma ampla rede de entidades educacionais, movimentos sociais e universidades, oferecendo formação para centenas de educadoras e estudantes durante os anos de 2020 e 2021, no difícil período da pandemia do COVID-19.

O processo formativo e de pesquisa estendeu-se para além dos módulos do curso, ganhando forma nas contribuições reunidas neste dossiê, na forma de pesquisas, reflexões, experiências e problematizações em torno de tais práticas, especialmente em suas possibilidades para fortalecimento e promoção da alteridade na diversidade que somos.

Os artigos aqui reunidos oferecem perspectivas nas quais a existência e a alteridade não se dissociam, se entrelaçando na luta pela emancipação dos saberes, a partir do desvendamento do poder do discurso da ciência moderna positivista, estruturada pela modernidade. A regulação e a vigilância das populações, enquanto sujeitos coletivos, por meio das instituições da modernidade, moldaram colonialidades com inúmeras implicações as quais envolvem classe social, gênero, geração, raça/etnia e a sexualidade. A problematização das interseccionalidades tornou-se importante para compreensão dos processos de exclusão social e nas lutas pela justiça socioambiental.

Existe uma massa de sujeitos que são sufocados e se encontram sem reação frente as forças de implosão do *ethos* coletivista, se moldando aos desejos da modernidade e do

capitalismo que encontram no individualismo sua expressão mais evidente. No entanto, existem sujeitos em busca de uma outra expressão da cidadania e da sociedade e, portanto, de um outro mundo. Há aqueles que se rebelam e questionam os princípios orientadores desse mundo, que não é tão lógico ou racionalista quanto deseja parecer.

Com seu caráter reivindicativo, novos movimentos sociais buscam fortalecer as identidades: os movimentos feministas, antirracistas, étnicos, ambientalistas e inúmeros movimentos populares.

Uma crítica incisiva à monoculturalidade nos currículos e a ausência de representação emancipatória dos grupos subalternizados pelos saberes e poderes hegemônicos, se faz absolutamente necessária. Das espacialidades e das temporalidades alternativas, críticas de(s)coloniais rompem com conteúdos curriculares com base no conhecimento ditado pelo colonizador.

Este combate ganhou ímpeto com a Lei Federal 11.645/08 que alterou a LDB (9394/1996), tornando obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos oficiais da Rede de Ensino. Essa legislação antidiscriminatória no Brasil, por um lado, deu suporte para denúncias de instituições escolares que não aceitavam alunos negros, indígenas, ciganos e outros grupos minoritários, nos quais a diferença se reafirma nas lutas identitárias. Por outro, apontou a necessidade de se lutar contra os preconceitos raciais em livros infantis e didáticos, enfatizando a crítica ao currículo de orientação eurocêntrica, racista, sexista e, de modo geral, hegemônico.

Nos últimos 10 anos no Brasil, configurou-se de uma forma aterrorizante aquilo que foi denunciado como "necropolítica" (MBEMBE, 2018.). A possibilidade de desenvolver uma leitura política, da soberania e do sujeito, diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade, em que a razão é tida como verdade do sujeito. Propõe Mbembe que se olhe para outras categorias fundantes menos abstratas e mais palpáveis, como a vida e a morte. Sem prescindir da racionalidade iluminista, sua argumentação relaciona a noção de "biopoder" de Foucault (2008) a um outro conceito, o "estado de exceção" (AGAMBEN, 2004; HAESBAERT, 2006; MARANDOLA JR., 2018). Examina-se essas trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, o poder continuamente se refere e apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo (MBEMBE, 2019, p. 17).

Contra as diversas formas de colonialidades, a necropolítica expande possibilidades referentes à modernidade. Ao voltar o olhar para as subatnidades, deparamo-nos com narrativas fragmentadas e, muitas vezes, fugidias, mas que rompem os limites epistemológicos

das ideias etnocêntricas. Em meio às histórias dissonantes e até dissidentes, mulheres, colonizados, negros, quilombolas, povos originários, pessoas com sexualidades policiadas, entre outros, se inserem e se articulam em movimentos emancipatórios.

Neste sentido, acolher e promover outras epistemologias é um gesto importante de atendimento à convocatória ética de nosso tempo: não é apenas respeitar outras formas de existência, mas produzir mudanças epistemológicas e ontológicas em um horizonte ético renovado, no qual as hierarquias do conhecimento são redefinidas.

Os artigos do dossiê repercutem, enfrentam e problematizam aspectos desta problemática, nos mobilizando na direção de processos formativos que não se restringem aos muros escolares.

O dossiê inicia-se com o artigo *Vamos arribar o céu? por uma educação atravessada por brasilidades criativas subalternizadas* de Cláudia Pereira Vasconcelos, o qual discute possibilidades de ampliação da historiografia do Brasil. As narrativas expressas pelas populações indígenas e afro-brasileiras através das artes, da oralidade, dos ritos e demais manifestações culturais brasileiras ressignificam as memórias e os saberes do sertão.

Em seguida, *"Pré-Brasil"? Epistemologias de Abya Yala a partir dos povos originários no Brasil*, de Helena Azevedo Paulo de Almeida, reflete sobre a descolonização da discussão acerca da presença indígena no Brasil, destacando as multiplicidades de existências anteriores às invasões europeias. A partir de uma crítica da historiografia eurocêntrica, principalmente ao se trabalhar com história indígena, abre-se espaço para as epistemologias próprias baseadas nas vivências ancestrais, como sensibilidades encantadas.

*A questão da colonialidade do saber e a luta por uma educação integrativa: as escolas Yvy Poty no Tekoha Te'yikue e Guira Arandu Roka no Tekoha Guyra Roka dos Ava Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul* é a contribuição de Thaís Vieira de Paula. O argumento gira em torno da importância de uma educação integrada como possível ruptura dos limites da colonialidade do saber, indicando a falácia das normativas da educação brasileira a respeito da universalidade da educação. Os modelos etnoeducacionais dos Ava Guarani Kaiowá fomentam a discussão a para a construção de uma educação emancipadora.

O artigo *Por uma educação decolonial: a capoeira em jogo – aplicação de um jogo de memória para surdos*, de Ivalda Kimberlly Santos Portela e Magno Santos Batista, relata a experiência da aplicação de um jogo de memória para surdos. Nesse jogo toma-se como temática a capoeira. Tendo como parâmetro a Lei nº 10.639, contempla-se a desconstrução dos preconceitos à pessoa com necessidade especial e à raça. A base teórica principal assenta-se na obra de Paulo Freire, com ênfase nas intervenções lúdicas.

O texto *Um quilombo urbano: a experiência educativa na comunidade da Vila África como prática de resistência, cultura e alteridade*, de Antonio Filogenio de Paula Junior, trata de ações socioeducativas desenvolvidas por uma comunidade negra urbana do município de Piracicaba – São Paulo. Utilizando-se de conceitos de memória, ancestralidade e quilombismo (proposto por Abdias do Nascimento), problematiza a busca pela cidadania, o combate ao racismo e o reconhecimento do território.

A perspectiva de *Quilombos urbanos e Educação Escolar Quilombola: territórios em disputa – Porto Alegre/RS*, artigo de Cláudia Luísa Zeferino Pires, é analisar o referencial político-pedagógico da educação escolar quilombola no cenário nacional e municipal. Representa escolas presentes no entorno dos territórios quilombolas do município de Porto Alegre/RS e discute a ausência de inserção de seus saberes enquanto projeto e diretrizes curriculares. Representações e pertencimentos perpassam territórios e traduzem vivências com colaboração, solidariedade e trocas.

*Educação como luta de resistência e afirmação da radicalidade quilombola*, de Edilma José da Silva, Tulio Barbosa e Jeani Delgado Paschoal Moura, enquadra a estrutura educacional brasileira no Estado organizado pela classe dominante, herdeira da sociedade escravocrata. As lutas de resistência foram e são fundamentais na emancipação de negros e negras, refletindo nas práticas da educação quilombola de enfrentamento ao capitalismo, ao colonialismo e ao heteropatriarcalismo contemporâneo. A afirmação da radicalidade quilombola busca a diminuição das desigualdades socioterritoriais e a construção da emancipação.

O artigo *Quilombismo, escolaridade e força – a oralidade como forma de resistência ancestral*, de Joelton Carneiro de Lima, traduz as lutas de resistência dos povos de matrizes africanas nas narrativas cotidianas. A presença e recente emergência de narrativas subalternizadas leva à necessidade da diferenciação entre uma educação conhecida por muitos como a educação formal, e a outra, Quilombola, libertadora e ancestral.

O texto *Região e regionalidade na Educação Escolar Quilombola: contribuição para uma educação contextualizada*, de Adriano Gonçalves de Oliveira e Jamille da Silva Lima-Payayá, conecta as práticas pedagógicas e a realidade sociocultural dos sujeitos quilombolas na educação escolar quilombola. Utiliza-se a Regionalidade na sua forma existencial como meio de articulação entre teoria e prática/vivência-de-mundo para pensar outros sentidos de região e de identidade a partir dos aspectos simbólicos, temporais e existenciais da questão negra quilombola. Numa perspectiva decolonial, opõe-se ao racismo estrutural e valoriza-se a pluralidade do pensamento e as diferentes formas de ser-no-mundo.

Finaliza-se o dossiê com *Na encruzilhada da Educação Decolonial: perspectivas e práxis docente*, de Jônatas Reis da Silva, Paloma Amorim de Brito e Tainá Santos Silva Lira. Para a construção de propostas de ensino que promovam uma educação com base em uma perspectiva decolonial e antirracista, questiona-se: qual a necessidade de estudar a educação na perspectiva decolonial e quais reflexos na prática docente? Constrói-se um esforço de descolonizar nosso imaginário colonial, recriando-se o universo de acordo com o posicionamento geográfico, a condição social, de classe, de gênero e de etnia.

O conjunto de artigos, com contribuições de diferentes campos e áreas de conhecimento, bem como de diferentes regiões do país, oferecem aos leitores um quadro de problemáticas e experiências que mostram os ganhos e os desafios dos últimos anos de implementação de ações nas redes de ensino para promoção de educação escolar indígena e quilombola. Mostram que em meio ao racismo estrutural e à persistente colonialidade, a educação continua a oferecer alternativas para processos de emancipação e de enfrentamento de sistemas de opressão.

Agradecemos ao apoio que recebemos na condução do Projeto Eduqui, em especial às professoras e professores indígenas e quilombolas que se mobilizaram e fizeram o esforço fazer sentido. Dedicamos este dossiê a elas e a seu contínuo esforço por uma educação contextualizada voltada para a diversidade e para a alteridade.

#### Organizadores

Jamille da Silva Lima-Payayá  
Professora do Departamento de Ciências Humanas (DCH-IV) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). [jaslima@uneb.br](mailto:jaslima@uneb.br).

Rodrigo Corrêa Teixeira  
Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).  
[rteixeira@pucminas.br](mailto:rteixeira@pucminas.br).

Eduardo Marandola Jr.  
Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). [eduardo.marandola@fca.unicamp.br](mailto:eduardo.marandola@fca.unicamp.br).

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*; curso dado no College de France (1978-1979). Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Muros, “campos” e reservas: os processos de reclusão e “exclusão” territorial. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Orgs.). *Panorama da Geografia Brasileira*, vol. 1. São Paulo: AnnaBlume; Anpege, 2006, p. 23-48.

MARANDOLA JR., Eduardo. Olhar encarnado, geografias em formas-de-vida. *GeoTextos*, vol. 14, n. 2, dez. 2018, p. 237 - 254.

MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. Trad. de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017,

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Trad. de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.